



Câmara vota três destaques e impede mudanças no projeto Ficha Limpa

O Plenário também aprovou ontem a MP que aumentou salário mínimo para R\$ 510

Página 3

SEMINÁRIO | 8

BRIZZA CAVALCANTE



Deputados propõem uso dos recursos de multas em programas para reduzir acidentes de trânsito

INATIVOS | 4

Magistrados defendem fim da cobrança previdenciária das aposentadorias e pensões de servidores públicos

VERBAS PÚBLICAS | 7

Ministério da Saúde e diretores de hospitais federais do Rio negam envolvimento em suposto desvio de recursos

PARLASUL | 4

Representação brasileira aprova aumento da tarifa paga ao Paraguai pela energia excedente de Itaipu

Segurança aprova emendas sobre atuação de defensoria em presídios

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou as emendas do Senado ao Projeto de Lei 1090/07, do deputado **Edmilson Valentim (PCdoB-RJ)**, que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7210/84) e define o papel da Defensoria Pública na execução da pena.

O Senado emendou a proposta para prever, na lei, a assistência jurídica da defensoria ao preso dentro do presídio. Hoje, a lei já prevê que o Estado garanta essa assistência, mas o texto é genérico e não detalha o papel da defensoria. A matéria ainda será examinada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em outra emenda, o Senado estabeleceu que, fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, aos sentenciados em liberdade, aos egressos dos presídios e aos seus familiares, desde que não tenham condições financeiras de contratar advogado.

O relator, deputado **Laerte Bessa (PSC-DF)**, concordou com as mudanças propostas pelo Senado. "O projeto realmente merece alterações de caráter não substancial, que tão-somente tornem mais claras as atribuições da Defensoria Pública na promoção da defesa dos presos e dos seus familiares", afirmou. Entre outras medidas, o projeto determina que todas as unidades da Federação prestem assistência jurídica aos detentos nos presídios de sua responsabilidade.

Conselhos - O Senado retirou trechos que tornavam obrigatória a presença de um representante da Defensoria Pública no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e no Conselho Penitenciário, por considerar que é necessário um maior debate sobre esses assuntos.

Outras mudanças de redação estão associadas à possibilidade de a Defensoria Pública requerer atestado anual

Rodízio obrigatório para diretores de presídio vai à CCJ

Outra proposta aprovada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado torna obrigatório o rodízio dos diretores de presídio. O texto aprovado foi o substitutivo do deputado **Paes de Lira (PTC-SP)** ao Projeto de Lei 4533/08. Paes de Lira apresentou a proposta por meio de voto em separado.

O relator, deputado **Domingos Dutra (PT-MA)**, havia recomendado a rejeição do projeto, por considerá-lo inconstitucional - ele entende que cabe aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre o assunto. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Segundo Paes de Lira, a União

tem competência para estabelecer as normas gerais para o sistema penitenciário. Assim, ele propôs incluir, na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), um artigo afirmando apenas que a União, os estados e o DF estabelecerão o limite máximo para permanência dos diretores em um mesmo estabelecimento penal.

O projeto original, do deputado **Jurandy Loureiro (PSC-ES)**, propunha rodízio a cada dois anos. "A rotatividade nos cargos de diretor se faz conveniente para a segurança de seus ocupantes", disse o deputado, lembrando que, no exercício da função, o diretor prisional é obrigado a adotar medidas disciplinares contra os detentos, que, muitas vezes, reagem com atos violentos.

de pena a cumprir; visitar os estabelecimentos penais, tomando providências para seu adequado funcionamento e solicitar, quando for o caso, a apuração de responsabilidades; e também pedir à autoridade competente a interdição, no todo ou em parte, de presídios.

agenda

QUINTA-FEIRA
6 de maio de 2010

Comunicação

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias promove seminário sobre políticas públicas de comunicação e discute o 17º ranking da campanha pela ética na TV. Plenário 7, às 9h30

Ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática promove a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Plenário 13, às 9h30

Aposentadoria

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público debate projetos que dispõem sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Plenário 10, às 9h30

Usina nuclear

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debate a instalação de usinas nucleares no Nordeste. Plenário 8, às 10h

Assembleia chinesa

Visita oficial da vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, deputada Uyunqimng. Gabinete da Presidência, às 12h



LUIZ ALVES

Uma das emendas aprovadas prevê que o Estado garanta aos detentos a prestação de assistência jurídica por defensores públicos nos presídios

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Michel Temer (PMDB-SP)**

1º Vice-Presidente

Marco Maia (PT-RS)

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)

1º Secretário

Rafael Guerra (PSDB-MG)

2º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

3º Secretário

Odair Cunha (PT-MG)

4º Secretário

Nelson Marquzelli (PTB-SP)

Suplentes

Marcelo Ortiz (PV-SP), Giovanni Queiroz (PDT-PA), Leandro Sampaio (PPS-RJ) e

Manoel Junior (PSB-PB)

Ouvidor Parlamentar

Mario Heringer (PDT-MG)

Procurador Parlamentar

Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor

Pedro Noleto

Editores

Maria Clarice Dias

Renata Tórres

Roberto Seabra

Diagramadores

Guilherme Rangel Barros

José Antonio Filho

Roselene Figueiredo

Ilustrador

Renato Palet

Editor de fotografia

Reinaldo Ferrigno

Editora-chefe
Rosalva Nunes

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF
jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1660 | Distribuição - 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Plenário preserva texto principal do Ficha Limpa

Eduardo Piovesan

O Plenário manteve a inelegibilidade com base em decisão colegiada da Justiça ao rejeitar destaque do PTB ao projeto Ficha Limpa (PLPs 168/93/518/09 e outros). Foram rejeitados também um destaque do PMDB e uma emenda do DEM. A votação dos nove destaques restantes ficou para a próxima terça-feira (11) por decisão da maioria dos partidos cujas lideranças disseram temer a queda do quorum.

O destaque do PTB teve 377 votos contra e dois a favor, com duas abstenções. Segundo o texto que permaneceu no projeto, o candidato poderá ficar inelegível com decisão judicial de colegiado em relação a diversos crimes, entre os quais: contra o patrimônio público; lavagem de dinheiro; tráfico de entorpecentes; ou os eleitorais que sejam puníveis com pena privativa de liberdade.

“Se esse destaque fosse aprovado, o projeto Ficha Limpa estaria morto”, disse o relator da proposta na CCJ, **José Eduardo Cardozo (PT-SP)**, cujo substitutivo foi aprovado na terça-feira pelo Plenário.

A inelegibilidade com decisão colegiada foi a solução encontrada pelo relator do grupo de trabalho que analisou o tema, deputado **Indio da Costa (DEM-RJ)**, para ganhar mais apoio dentro do Congresso à proposta, originalmente apresentada pela sociedade civil com



Os deputados Indio da Costa e José Eduardo Cardozo, que relataram o Ficha Limpa no grupo de trabalho e na CCJ, respectivamente, comemoram a rejeição de três dos doze destaques ao texto

a coleta de mais de um milhão de assinaturas - que já chegaram a quatro milhões durante o processo de tramitação da proposta. A redação original do PL 518/09 previa a inelegibilidade depois de condenação em primeira instância.

Abuso de poder - O segundo destaque de texto rejeitado foi do PMDB, por 362 votos a 41. O partido queria retirar do substitutivo a parte que aplica a inelegibilidade à eleição em curso e às futuras nos oito anos seguintes para

os casos de condenação por abuso de poder econômico ou político. Com a rejeição, a sanção de inelegibilidade nessa situação foi mantida. Atualmente, ela já existe na Lei Complementar 64/90, que está sendo mudada pelo projeto, e é de três anos.

O Plenário rejeitou ainda, por 207 votos a 175 e uma abstenção, emenda do deputado **José Carlos Aleluia (DEM-BA)** que aumentava, de seis meses para um ano antes do pleito, o prazo de des-

ligamento das funções como requisito para os integrantes do Ministério Público se candidatarem a eleições.

Crimes ambientais - No momento em que os líderes decidiram deixar os demais destaques para a próxima semana, estava em análise um do PP que exclui os crimes contra o meio ambiente e a saúde pública daqueles que poderão tornar a pessoa inelegível por oito anos após o cumprimento da pena, com base em decisão final ou de colegiado da Justiça.

MP que reajustou o mínimo para R\$ 510 vai ao Senado

O Plenário aprovou ontem a MP 474/09, que aumenta o salário mínimo de R\$ 465 para R\$ 510, com efeitos a partir de 1º de janeiro deste ano. O reajuste, de 9,67%, inclui a variação do INPC de fevereiro a dezembro de 2009 e a variação do PIB de 2008 em relação a 2007 (5,64%). A matéria segue agora para o Senado.

A MP foi relatada pelo deputado **Pepe Vargas (PT-RS)**, que retirou os artigos sobre o critério de reajuste para 2011 e apresentou projeto de lei de conversão. Isso foi necessário porque a regra era igual à do aumento para 2010, mas, devido à crise econômica internacional, a variação do PIB de 2009 em relação a 2008 foi de menos 0,2%.

Vargas manteve, porém, a parte que determina o envio ao Congresso pelo Executivo, até 31 de março de 2011, de projeto de lei sobre a política de valorização do mínimo para o período de 2012 a 2023 e as regras de revisão.

A Câmara já começou a analisar outro projeto (PL 1/07) com a política de valorização do salário mínimo até 2023, mantendo a aplicação do INPC mais a variação do PIB. Entretanto, ainda não há

acordo para a votação dessa matéria no Plenário, porque a comissão especial sobre o projeto aprovou emenda, do Senado, determinando a aplicação da mesma regra para todos os reajustes de aposentadorias da Previdência acima de um mínimo.

O impacto orçamentário do aumento do salário mínimo nas contas da Previdência em 2010 foi estimado em R\$ 7,77 bilhões. Somado aos custos com os benefícios assistenciais concedidos pelo INSS, o total sobe para R\$ 9,8 bilhões.

Divergências - Nos debates da matéria, base e oposição voltaram a divergir sobre os efeitos do aumento do mínimo para a sociedade. Para os aliados do governo Lula, a política de reajuste do mínimo aumentou o poder de compra do brasileiro. A oposição, porém, afirmou que o governo não tem o que comemorar porque não cumpriu sua promessa de dobrar do salário mínimo.

Pela liderança do governo, **Wilson Santiago (PMDB-PB)** destacou que todos os números mostram que o poder aquisitivo da população melhorou ao longo do governo Lula. Segundo Santiago, a valorização real do salário mínimo nos últimos sete

anos foi de 54%.

Líder da minoria, **Gustavo Fruet (PSDB-PR)** afirmou que, mesmo contando com um crescimento econômico superior ao do governo anterior, o governo Lula falhou em relação à expectativa que ele mesmo criou de dobrar o salário mínimo em relação à cesta básica. De acordo com o líder do PSDB, **João Almeida (BA)**, Lula não promoveu um crescimento real significativo do salário mínimo, embora as condições o favorecessem, e ficou 25% abaixo da “promessa fantasiosa” de dobrá-lo.

O líder do PSB, **Rodrigo Rollemberg (DF)**, destacou a evolução de 30 milhões de brasileiros da classe D para a classe C, “graças à sensibilidade do presidente Lula e a políticas como a de valorização do salário mínimo”. Para **Daniel Almeida (PCdoB-BA)**, a distância entre pobres e ricos está sendo invertida e o Brasil está se tornando uma sociedade de classe média, com amplo mercado interno.

Já **Ivan Valente (SP)**, líder do Psol, lembrou que R\$ 510 ainda é uma quantia exígua, que fica muito aquém de atender às necessidades básicas do trabalhador definidas pela Constituição.

Magistrados consideram contribuição de servidores inativos como confisco

Idhelene Macedo

A Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), José Lúcio Munhoz, defendeu ontem a extinção da contribuição previdenciária sobre os benefícios de pensionistas e servidores públicos inativos. Durante audiência pública promovida pela comissão especial que analisa a proposta de emenda à Constituição que revoga o desconto (PEC 555/06), o presidente em exercício da AMB afirmou que a Previdência faz um confisco e pune os beneficiários, em vez de cobrar dos sonegadores.

José Lúcio Munhoz também questionou o déficit previdenciário. Segundo ele, na hora de fazer as contas, a Previdência considera despesas que não deveria e só contabiliza a arrecadação como fonte de receita. “Como o próprio presidente da República já falou em mais de uma oportunidade, não há déficit. É uma política de governo”, destacou.

Ele citou como exemplo o fato de serem contabilizados como déficit os custos com benefícios pagos aos trabalhadores rurais que nunca contribuíram para a Previdência. “Os pagamentos que são feitos a eles são uma questão de justiça social. Mas isso não pode ser atribuído como um déficit previdenciário. Não é justo fazer esta contabilidade”, afirmou.

Para o representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil, José Henrique Guaracy Rebelo, o servidor aposen-



Participantes do debate questionaram a contabilidade que o governo faz para demonstrar o déficit da Previdência

tado não pode ser responsabilizado pelo déficit da Previdência. “Não há lógica dentro do sistema, porque você contribui ao longo dos anos para ter o benefício em determinado momento de tempo e, depois, quando está na hora de usufruir dele, você continua a pagar”, disse.

Já o servidor aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Guilherme Delgado acredita que a contribuição previdenciária de 11% para aposentados deveria ser mantida àqueles que ingressaram no serviço público antes de 2004, data da instituição da cobrança.

Segundo Delgado, esses servidores devem contribuir, porque têm mais

vantagens que os nomeados após 2004, como a integralidade do benefício quando se aposentam - ou seja, recebem todos os reajustes do servidor ativo e todos os planos de reclassificação. “Esse servidor tem uma situação excepcionalmente favorável em relação à classe geral dos servidores, por exemplo, do Regime Geral de Previdência Social”, disse.

O presidente da comissão especial, deputado **Marçal Filho (PMDB-MS)**, afirmou que a comissão trabalha para aprovar o relatório do deputado **Luiz Alberto (PT-BA)** até junho, mas a votação da PEC pelo Plenário da Câmara só deve ocorrer após as eleições de outubro.

Temer: reajuste para aposentados não tem caráter eleitoral

Verônica Lima

O presidente da Câmara, Michel Temer, afirmou ontem que a aprovação do reajuste de 7,72% para as aposentadorias da Previdência Social acima de um salário mínimo não foi uma decisão eleitoral. O índice foi incluído, por meio de emenda, na MP 475/09.

Temer declarou que, apesar de não dispor de números exatos sobre a capacidade financeira da União para arcar com a nova despesa, o reajuste aprovado é apenas 0,72% maior do que o percentual acordado com o governo - 7%. Ele lembrou que o percentual a mais (0,72%) equivale a R\$ 600 milhões - valor com o qual a União pode arcar. O presidente também destacou que o reajuste não é uma decisão isolada do Congresso em favor do aposentados, pois as políticas da área de Previdência são preocupação permanente da Câmara e o Senado.

Em relação a extinção do fator previdenciário, aprovado por meio de emenda à MP que concede o reajuste, Temer lembrou que a decisão ainda será discutida pelos senadores e ainda há a possibilidade de veto presidencial.

ENERGIA DE ITAIPU

Representação brasileira autoriza aumento do repasse ao Paraguai

Marcelo Oliveira

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem a proposta de alteração no Tratado de Itaipu que triplica os valores a serem pagos ao Paraguai pelo excedente de energia cedido ao Brasil. Com a medida, prevista na Mensagem 951/09, os pagamentos anuais passarão de 120 milhões de dólares (aproximadamente R\$ 210 milhões) para cerca de 360 milhões de dólares (em torno de R\$ 630 milhões).

Com a aprovação pela representação brasileira, a mensagem será convertida em projeto de decreto legislativo, que tramitará, em regime de prioridade, nas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá

para o Plenário da Câmara.

Conforme o Tratado de Itaipu, assinado em 1973 entre os dois países, cada um dos signatários detém 50% da energia produzida na usina hidrelétrica de Itaipu. A energia não usada por um deles, no entanto, deve ser vendida ao outro a preço de custo até 2023. Como o Paraguai utiliza apenas cerca de 5% da energia a que tem direito - a maior parte da sua cota é vendida ao Brasil - a revisão do valor pago pelo excedente energético tornou-se, nos últimos anos, uma bandeira do presidente paraguaio Fernando Lugo.

O reajuste no repasse ao Paraguai decorre da correção do fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos para as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade (anexo 'C' do tratado). Com o novo texto, esse índice subirá de 5,1 para 15,3. Caso seja confirmada pelo Congresso Nacional, essa

será a terceira revisão no preço pago ao Paraguai. Nas duas anteriores, o governo brasileiro não submeteu as propostas à análise do Legislativo, por entender que não traziam grande impacto.

Solução justa - O relator, deputado **Dr. Rosinha (PT-PR)**, defendeu a aprovação da matéria e considerou justa a mudança nos valores pagos pela energia excedente. Ele ressaltou a importância da medida para consolidar a liderança brasileira na América Latina. “Os 240 milhões de dólares adicionais que serão pagos ao Paraguai representam custo muito baixo se comparados aos ganhos políticos, diplomáticos, econômicos e comerciais que o Brasil obtém ao apostar na integração regional e na prosperidade dos seus vizinhos”, declarou.

Já para o Paraguai, destacou o relator, o reajuste será bastante significativo, pois “a remuneração gerada por Itaipu

representa cerca de 20% do total das receitas obtidas por aquele país”.

Segundo o deputado, o aumento da remuneração não acarretará impacto nas contas públicas e na vida dos brasileiros, pois o Orçamento da União de 2010 prevê R\$ 1,73 trilhão para arcar com despesas. Dr. Rosinha ressaltou que o custo será integralmente pago com recursos do Tesouro Nacional, “para evitar aumentos na tarifa de energia elétrica paga pelos consumidores brasileiros”.

Na avaliação do relator, além do fortalecimento do Mercosul e da imagem brasileira no cenário internacional o País obterá contrapartidas do Paraguai, como a regularização fundiária e a identificação dos chamados “brasiguaios” - aproximadamente 400 mil agricultores brasileiros que vivem naquele país.

Entidades pedem análise detalhada sobre dívida pública em relatório de CPI

Marcello Larcher

O relatório final do deputado **Pedro Novais (PMDB-MA)** sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública não pode deixar de fora uma auditoria pormenorizada das formas como a dívida foi contraída e como os juros pagos podem ter sido abusivos. Essa é a posição da organização Auditoria Cidadã da Dívida e de outras entidades que também consideram fundamental saber quem são os beneficiários dos pagamentos da dívida feitos pelo governo.

Representantes da Auditoria Cidadã e de diversas organizações da sociedade civil participaram, na terça-feira (4), de reunião na qual integrantes da CPI receberam sugestões para as conclusões do relatório final. Deputados do Psol e do PDT já disseram ser contrários ao texto e devem

apresentar modificações.

A votação do relatório estava marcada para 4 de maio, mas foi adiada a pedido do deputado **Ivan Valente (Psol-SP)**, que está elaborando parecer alternativo. O prazo de funcionamento da CPI encerra-se em 14 de maio, e a votação do parecer deve ocorrer na terça-feira (11).

Destinação dos recursos - Uma das coordenadoras da Auditoria Cidadã, Maria Lúcia Fattorelli, destacou que o aumento da destinação de recursos para a dívida, hoje em 35,57% do Orçamento da União, é o verdadeiro vilão dos gastos públicos. Em juros e amortização da dívida, foram pagos R\$ 380 bilhões, a maior parte, segundo ela, a bancos privados internacionais. “Ao contrário do que se imagina, a maior parte da dívida sempre foi com bancos privados internacionais, e não com o FMI”, disse.

Diversas organizações participaram do

encontro com os integrantes da CPI, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e o Instituto de Fiscalização e Controle.

Também estiveram presentes representantes do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília.

As entidades argumentaram que cada uma de suas áreas (saúde, infraestrutura, educação, investimentos) sofre cortes para fazer superávit e pagamento da dívida e, por isso, têm interesse nos trabalhos da CPI.

Para debatedora, Tesouro Nacional e BC não prestam informações adequadas

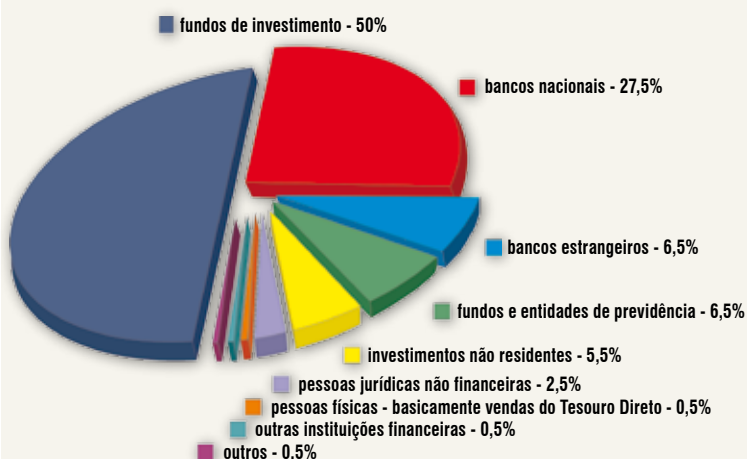
Para Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã, faltam dados sobre a dívida pública: nem a Secretaria do Tesouro Nacional nem o Banco Central prestam informações de forma adequada, em sua opinião. Por isso, as informações de que se dispõe dizem respeito a saldos antigos, e a dívida não pode ser acompanhada mês a mês.

Uma das recomendações do relatório da CPI será no sentido de que o governo cumpra a legislação já existente e disponibilize as informações. Entretanto, Fattorelli lembrou que não está disponível uma das informações mais importantes: quem são os credores que têm títulos brasileiros da dívida.

O relator da CPI da Dívida Pública, deputado Pedro Novais (PMDB-MA), também apontou que as transações chamadas de “operações de mercado aberto”, em que títulos da dívida são negociados pelo Banco Central, não entram no cálculo da dívida líquida, o que mascara o real tamanho da dívida brasileira. Para a Auditoria Cidadã, essa irregularidade precisa ser investigada, uma vez que a lei proíbe a emissão de títulos pelo BC. (ML)

Análise da Dívida Pública

Divisão da dívida pública mobiliária federal, que é a dívida interna da união:



O relator explica, contudo, que nem todos títulos em posse dos bancos nacionais estão em poder dos banqueiros. Isso porque vários deles são usados para lastrear aplicações financeiras, com os fundos de CDB, por exemplo.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

OAB sugere que auditoria seja realizada agora

Durante a reunião com integrantes da CPI da Dívida Pública, na terça-feira, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Régia Brasil, afirmou que o fato de a auditoria não ter ocorrido no prazo estabelecido pela Constituição de 1988, que seria de um ano, não impede que ela seja feita agora.

A OAB tem uma ação no Supremo Tribunal Federal que questiona o descumprimento do que a entidade considera um preceito fundamental da Constituição, dado o impacto da dívida sobre os gastos nas áreas sociais do governo. “Se essa auditoria não trouxer benefícios para a população, prejuízo ela não trará, com certeza”, defendeu.

Dívida anormal - O assessor especial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre

O principal problema do relatório final da CPI é que ele não apenas descarta a auditoria, mas leva à conclusão de que essa dívida seria uma parte normal do sistema econômico brasileiro

Pe. Gabrielli Cipriani

Gabrieli Cipriani, disse que o principal problema do relatório final da CPI é que ele não apenas descarta a auditoria, mas leva à conclusão de que essa dívida seria uma parte normal do sistema econômico brasileiro. Essa “limitação dos investimentos numa vida melhor para a população”, segundo ele, “é inaceitável”.

O ex-deputado Jacques D’Ornellas, que foi vice-relator de uma CPI sobre a dívida externa em 1983, defendeu um exame pericial sobre a dívida, a mesma conclusão dos trabalhos daquela CPI, prevista na Constituição de 1988. Segundo ele, a forma como a dívida foi inicialmente gerida durante o regime militar tem fortes indícios de irregularidades. (ML)

Pinga-Fogo

Pedofilia

Givaldo Carimbão (PSB-AL) acusou o presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), de ter cometido “arbitrariedades” durante a audiência da comissão realizada na cidade de Arapiraca (AL), em abril. O deputado classificou a reunião como um “espetáculo de exibicionismo”. Ao mesmo tempo em que apoiou as iniciativas de combate a crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes, Carimbão repudiou o fato de a reunião ter sido realizada à revelia de normas estabelecidas no regimento interno do Senado. Segundo o deputado, o encontro foi realizado só com a presença do senador, e não teve sequer o registro feito em ata para oficializar a reunião.

Dilma no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) informou ter participado da primeira reunião em Natal entre os líderes e representantes dos partidos que integram a base do governo federal para tratar da visita, ao Rio Grande do Norte, da candidata do PT à presidência da República, Dilma Rousseff. Segundo a deputada, durante o encontro foi produzida uma sugestão de agenda que aponta a importância de Dilma realizar debates com representantes dos movimentos sociais e integrantes das empresas e da indústria potiguar. Fátima Bezerra ainda manifestou apoio ao projeto Ficha Limpa que, em sua opinião, precisa ser aprovado com urgência pelo Senado para entrar em vigor ainda neste ano.

Jaime Lerner

Eduardo Sciarra (DEM-PR) elogiou o ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná Jaime Lerner por integrar a lista dos 25 pensadores mais influentes do mundo - eleitos pela revista norte-americana *Time*. A menção, explicou o deputado, foi concedida em razão do trabalho desenvolvido por Lerner em favor da sustentabilidade urbana. Segundo o parlamentar, Jaime Lerner consolidou-se como referência mundial em urbanismo ao democratizar o acesso ao transporte público no Paraná em sintonia com a preservação do meio ambiente, além de estimular a construção de áreas verdes nas cidades paranaenses. Sciarra acrescentou que o trabalho de Jaime Lerner priorizou o transporte coletivo ao individual.

Pinga-Fogo

Aposentadorias

Cleber Verde (PRB-MA)

elogiou a aprovação, pelos deputados, do reajuste de 7,71% para os aposentados que ganham acima de um salário mínimo. Em sua avaliação, o aumento representa um avanço para resgatar o poder de compra do segmento. Cleber Verde, que coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionista, também comemorou a aprovação da emenda que acaba com o fator previdenciário, “instrumento que reduz o benefício no ato da aposentadoria em até 40% no caso das mulheres e em 30% para os homens”. Ele apelou ao Senado para que a proposta seja aprovada sem alterações e ao presidente Lula para que não vete o texto.

Gastos públicos

Marcelo Almeida (PMDB-PR) pediu prudência aos parlamentares nas votações de matérias em Plenário para evitar a criação de encargos que comprometam as finanças públicas do País. Ele advertiu que os legisladores não devem aprovar projetos para conquistar a simpatia dos cidadãos em ano eleitoral. Almeida ponderou que a apreciação de projetos na Casa deve seguir critérios técnicos. Segundo afirmou, o Brasil tem alcançado crescimento socioeconômico satisfatório, “e esses avanços não podem ser prejudicados por leis que não encontrem respaldo no orçamento da União”.

Reforma agrária

Ribamar Alves (PSB-MA)

criticou o governo federal que, segundo ele, em quase oitos anos, não conseguiu consolidar a reforma agrária no País. Os conflitos agrários, disse Alves, representam um dos principais problemas enfrentados pelas populações do Nordeste. No Vale do Pindaré, informou, o município maranhense de Santa Luzia integra as regiões que sofrem com a violência de pistoleiros que matam trabalhadores rurais para invadir propriedades legalmente adquiridas. Ele cobrou providências do Inbra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para resolver o problema. Ribamar Alves também felicitou a Câmara por ter aprovado o fim do fator previdenciário.

GILBERTO NASCIMENTO



José Genoíno: reforma política deve fortalecer partidos, sistema eleitoral e funções do Congresso

Dos três Poderes, o Legislativo e o Executivo são os mais democráticos, porque nascem do voto popular e da eleição direta e, ao mesmo tempo, os mais criticados por pessoas que, no fim, são críticas da democracia, avaliou o deputado **José Genoíno (PT-SP)**, ao defender o Parlamento, o governo Lula e uma reforma política para

fortalecer o Legislativo, que é para ele a maior expressão da democracia.

“No caso da eleição para o Congresso, há um processo de avanço eleição após eleição. Oponho-me a essa visão pessimista e criticista em relação aos avanços da democracia. Temos que aperfeiçoá-la”, afirmou. O deputado disse apoiar uma reforma política que fortaleça os partidos, o sistema eleitoral, o financiamento de campanha, a fidelidade partidária e o funcionamento da Câmara e do Senado.

Segundo Genoíno, o modelo bicameral atual é “disfuncional”, porque tanto a Câmara quanto o Senado iniciam as leis, num processo que ele classificou como “um pingue-pongue eterno”. “O Senado é importante e tem suas funções federativas e de Estado, e a Câmara é importante porque tem suas funções como representação do povo. Por isso, Niemeyer, ao imaginar o Congresso Nacional, visualizou em posições distintas a Câmara e o Senado. Mas essa imagem da arquitetura precisa ter consonância com o nosso funcionamento”, avaliou.

Genoíno lembrou seu discurso realizado na 5ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, realizada na Câmara em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de maio), e reiterou que não existe democracia sem representação. “Esta Casa é plural ideologicamente, politicamente, socialmente e geograficamente. Aqui se encontra o retrato pluralista do País”, definiu.

GILBERTO NASCIMENTO



George Hilton quer revisão do modelo federativo para garantir autonomia aos estados e municípios

O deputado **George Hilton (PRB-MG)** defendeu em Plenário a revisão do modelo federativo brasileiro, com fortalecimento dos estados e municípios a partir de uma distribuição mais equilibrada das receitas da União. “Os desafios da redefinição do pacto federativo passam pela necessidade de transformar a autonomia formal [dos

estados e municípios] em autonomia real. A distribuição da carga tributária brasileira é desequilibrada, incidindo excessivamente sobre o consumo”, avaliou.

Para o deputado, a arrecadação brasileira apresenta uma “série de distorções” em relação ao consumo. Ele lembrou que, entre 1988 e 2002, somente a arrecadação da União apresentou crescimento absoluto em todos os anos, diferente dos estados e municípios, que apresentaram oscilações, com queda em 2002.

Ele destacou a realização do recente Congresso Paulista dos Municípios, onde foi elaborada uma carta, da qual destacou alguns pontos. Nessa carta, é apresentado um estudo elaborado originalmente pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, atualizado pela ONG Transparência Municipal. “Concluíram que o apoio dado pelos municípios na manutenção de diversos programas, ações e serviços cuja competência é dos estados e da União representa um gasto médio da ordem de 4,5% das despesas municipais que, em valores de 2004, montam mais de R\$ 9,77 bilhões, sendo que, para municípios de menos de 10 mil habitantes, esse montante subia para mais de 10,75%”, informou.

Para Hilton, os moldes do pacto federativo definido na Constituição 1988 não correspondem mais aos interesses dos en-

Relações exteriores - Em relação ao governo Lula, o deputado exaltou sua relação com os organismos multilaterais, tanto no plano regional quanto global, que seria pautada por princípios democráticos, de autonomia e de multilateralismo. “Essa visão nos possibilitou ter um papel protagonista na América do Sul, buscando mediações, realizando negociações e estabelecendo uma relação democrática com as várias experiências políticas que a América Latina vive”, declarou.

Para Genoíno, o avanço da democracia no Brasil é obra do governo Lula; por isso, ele se disse revoltado e indignado com “insinuações de uma direita truculenta, conservadora e preconceituosa”, que tentaria associar o processo de consolidação da democracia no governo Lula com alguma tendência autoritária. “Não há um fato, uma nota, um gesto sequer, porque o nosso compromisso radical com a democracia está no DNA do PT, na liderança do governo Lula e no próprio processo que nós, militantes políticos, vivemos nessa construção da luta democrática.”

Genoíno também criticou a chamada judicialização da política, “que seria consequência do pressuposto de que eleição é um processo meio deformado, no qual todo mundo que concorre é, em princípio, pecaminoso, até que se prove o contrário, porque não há mais presunção de inocência”.

tes federados. “O sistema federativo se afirma formalmente com a consagração da autonomia constitucional dos membros da Federação, mas somente pode se tornar efetivo quando são atribuídas competências a todos os membros da Federação, de acordo com princípios constitucionalmente aceitos”, afirmou.

O deputado de Minas cobrou uma profunda mudança no que chamou de “ideário arraigado”, que se traduziria, explicou, na eterna desconfiança em relação a estados e municípios. Essa mudança, acrescentou, passa por uma transformação cultural no sentido mais amplo da palavra, para que o federalismo seja praticado com responsabilidade, associando-se direitos e deveres, seguindo-se regras claras e transparentes e punindo-se eventuais desvios de comportamento dos administradores dos bens que são de todos.

“A nação, visando tornar-se efetivamente uma República Federativa, exige a moralização do atual pacto federativo”, afirmou. “É indispensável e urgente a reforma de nossa Constituição, revendo as atribuições dos entes federados e fixando de forma correta os recursos que lhes caberão”, concluiu.

Governo e diretores de hospitais federais descartam envolvimento em fraudes

Rachel Librelon

Representantes do Ministério da Saúde e diretores de hospitais federais do Rio de Janeiro negaram envolvimento com o suposto desvio de recursos destinados à compra de materiais para a realização de neurocirurgias. Eles afirmaram ontem, em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que há controle rigoroso na compra de insumos hospitalares nas unidades em que atuam.

No mês passado, o jornal *O Globo* denunciou esquema em que médicos do Hospital Salgado Filho, no Rio de Janeiro, participariam de fraudes na compra de espirais de platina - empregadas no bloqueio de aneurismas cerebrais. Em troca, receberiam propinas de 15% a 25% do valor da nota fiscal, pagos pela empresa Extencion Comercial Ltda. O Salgado Filho é gerido pelo município.

Os deputados **Leandro Sampaio (PPS-RJ)** e **Alexandre Santos (PMDB-RJ)** propuseram a audiência para questionar se a corrupção atingia também hospitais federais do estado, mas não ficaram satisfeitos com os resultados da audiência. A comissão ainda vai decidir se aprova a convocação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para dar mais esclarecimentos sobre o assunto. O presidente da comissão, deputado **Nelson Bornier (PMDB-RJ)**, informou que serão enviados requerimentos de pedidos de informação ao ministro.

Hospitais militares - Diante da nega-

tiva de envolvimento dos hospitais federais do Rio na fraude de compra de insumos hospitalares, os deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Contábil querem ouvir representantes dos hospitais militares, que supostamente estariam mais comprometidos com as fraudes.

“É necessária uma devassa nos orçamentos dos hospitais federais do Rio de Janeiro”, afirmou Alexandre Santos. Leandro Sampaio pediu que a investigação do emprego das espirais de platina sejam ampliadas. “É preciso saber do paciente se realmente foi feita a cirurgia e se isso melhorou a saúde dele”, disse.

A secretária-executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit, afirmou que a concentração de compras na empresa suspeita de fraudes ocorreu principalmente nos hospitais militares do estado, que não são geridos pelo ministério. De acordo com levantamento no Portal Transparência, 11 unidades hospitalares no Rio, ligadas aos ministérios da Saúde e da Defesa, pagaram à Extencion Comercial Ltda R\$ 50,5 milhões em material de consumo.

Segundo a secretária, os hospitais militares destinavam 80% dos seus recursos para compras de material da Extencion. Ela afirmou que menos de 13% dos gastos do Ministério da Saúde com hospitais no Rio de Janeiro destinaram-se à empresa nos últimos cinco anos. Essas compras, de acordo com Bassit, concentraram-se em três hospitais: dos Servidores Federais, do Andaraí e de Bonsucesso.



IGO ESTRELA

Participantes da audiência promovida pela Comissão de Fiscalização e Controle disseram que há gestão rigorosa na compra de insumos hospitalares nas unidades em que atuam

Representantes de instituições de saúde negam desvio de recursos

Representantes dos hospitais de Ipanema, da Lagoa, do Andaraí, de Jacarepaguá, de Bonsucesso e dos institutos nacionais de Traumatologia e Ortopedia (Ino), de Cardiologia (INC), e do Câncer (Inca) garantiram que suas instituições não participaram de esquema de desvio de recursos.

De acordo com o coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, Oscar Berro, “não existe a possibilidade de fraude na rede hospitalar federal”. Segundo ele, entre 2005 e 2010, a rede de hospitais ligados à União, no Rio, realizou compras junto à Extencion Comercial Ltda de R\$ 7,1 milhões. Desse total, segundo ele, 1,274 milhão eram relativas às micromolas para microcirurgias. Todas as aquisições foram por meio de pregão eletrônico, segundo Berro, o que dificulta a fraude.

De acordo com o representante do Ministério da Saúde, além do rigor na compra, o sistema de utilização desses materiais impede as fraudes. Ele explicou que cada conjunto de micromolas utilizado é identificado por duas etiquetas: uma é afixada ao prontuário e a outra é guardada. Segundo Berro, o uso do insumo é atestado por vários profissionais após a cirurgia. (RL)

SEGURIDADE

Ministra do Desenvolvimento Social prevê erradicação da pobreza no Brasil em 10 anos

Idhelene Macedo

A extrema pobreza será erradicada do Brasil em 10 anos. A previsão é da ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Helena Lopes, que participou, na terça-feira (4), de audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social. Segundo a ministra, embora mais de 30 milhões de brasileiros já tenham saído da linha de pobreza, o País ainda conta com cerca 8,9 milhões de pessoas nessa condição.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontam que 26% da população viviam abaixo da linha de pobreza em 1990. Em 2005, esse percentual caiu pela metade e, em 2008, foi reduzido para menos de um quinto. A ministra destacou que, do ponto de vista do combate

à fome, a meta do governo esperada para 2015 já foi alcançada. “Não tenho dúvida de que, nos próximos 10 anos, teremos uma outra realidade no Brasil. Se permanecermos atentos e fazendo as escolhas políticas de ampliação do orçamento, de estruturação de uma rede de proteção social no Brasil, cada dia mais vigorosa com expansão dos serviços, como estamos fazendo, alcançaremos esses índices de igualdade em um tempo mais rápido possível”, previu.

Márcia Helena Lopes, que participou da audiência por convite do presidente da comissão, deputado **Vieira da Cunha (PDT-RS)**, atribui a redução da pobreza a fatores como a elevação do salário mínimo; a geração de empregos; o acesso da população à moradia, energia, infraestrutura e saneamento; e os programas de incentivo aos produ-

tores familiares e de proteção contra o trabalho infantil e exploração sexual.

De 2003 a 2010, o Ministério de Desenvolvimento Social transferiu cerca de R\$ 191 bilhões a estados e municípios. Os números refletem recursos aplicados em transferência de renda, como é o caso das 12 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família e dos 3,5 milhões de idosos e pessoas com deficiência que recebem um salário mínimo relativo ao Benefício de Prestação Continuada.

Segundo a ministra, o sucesso do programa Bolsa Família é garantido por uma rede de fiscalização que inclui convênio com o Ministério Público, a atuação de conselhos municipais, o cruzamento de informações com registros dos ministérios da Previdência e do Trabalho e do portal Transparência da Controladoria Geral da União.

Márcia Helena Lopes observou que o ministério faz uma verificação *in loco* e, se for o caso, bloqueia ou cancela o benefício. “Nunca passou de 3% o máximo que descobrimos em termos de irregularidades”, destacou.

A ministra pediu ainda agilidade na tramitação do projeto de lei que consolida o Sistema Único de Assistência Social (PL 3077/08). A proposta prevê a composição descentralizada e participativa do sistema, a ser integrado pela União, estados e municípios.

O texto também reduz de 67 para 65 anos a idade mínima para o recebimento do benefício de prestação continuada. O projeto já foi aprovado na Comissão de Seguridade e ainda precisa ser analisado por mais duas comissões da Câmara, antes de seguir para o Senado.

Seminário propõe mais fiscalização e educação para reduzir mortes no trânsito

Tiago Miranda
Luiz Cláudio Canuto

Deputados, representantes do Poder Executivo e especialistas em saúde apresentaram ontem, na Câmara, propostas para reduzir os acidentes de trânsito no País. O objetivo é implementar no Brasil o compromisso da ONU de diminuir ou estancar o número de mortos e feridos nesses acidentes. O tema foi debatido no 1º Seminário de Segurança no Trânsito Brasileiro, promovido pela Comissão de Viação e Transportes.

O deputado **Hugo Leal (PSC-RJ)**, que propôs o seminário, sugeriu a estruturação de órgãos de trânsito nacional e estaduais como entes de governo com atuação autônoma, vinculados diretamente ao chefe do Executivo. Ele defendeu também a melhoria do transporte público, como meio de desafogar vias de trânsito e de reduzir acidentes.

Diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Hélio Derenne apresentou propostas do Comitê Nacional de Mobilização da Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, que reúne cinco ministérios e outros órgãos para definir estratégias de segurança e promoção de saúde e paz no trânsito.

Derenne enfatizou a importância do reforço da fiscalização e a criação do conceito de "veículo seguro", com aumento de itens de segurança obrigatórios. O comitê também propôs que a fiscalização de rodovias em áreas urbanas passe para os municípios (hoje a obrigação é da União ou dos estados). Além disso, foram sugeridos programas de proteção ao pedestre e de segurança para motociclistas e ciclistas.

O presidente da Comissão de Viação e Transportes, deputado **Milton Monti (PR-SP)**, lembrou que o Brasil está entre os cinco primeiros países em número de mortes no trânsito. Ele informou que, como resultado do seminário,



Carta com sugestões debatidas no seminário será entregue aos candidatos a presidente da República e a governador e, também, aos atuais prefeitos

O trânsito brasileiro mata 2,5 vezes mais do que nos Estados Unidos e quase 4 vezes mais do que na Europa

será entregue uma carta aos candidatos a cargos do Executivo e aos atuais prefeitos com as sugestões de medidas para reduzir acidentes.

Propostas em tramitação - Hugo Leal defendeu a aprovação do Plano Nacional para a Redução das Vítimas de Acidentes de Trânsito - tema do Projeto de Lei 5525/09, do deputado **Beto Albuquerque (PSB-RS)**. O plano será implementado em conjunto pelos órgãos de saúde, trânsito, transportes e Justiça. Leal também pediu a aprovação do PL 6319/09, de sua autoria, que institui a década de Ações de Segurança no Trânsito de 2010 a 2020. Segundo o projeto, até setembro de cada ano deverão ser fixadas metas de redução do número de mortes e lesões para o ano seguinte, com base nos resultados do ano anterior.

Já o deputado **Jaime Martins (PR-MG)** enfatizou a importância de uma revisão do Código de Trânsito Brasileiro (PL 2872/08). A França, observou, conseguiu reduzir em 75%, de 1972 a 2008, as mortes no trânsito a partir de mudanças nas leis, como o uso de vias específicas para motocicletas.

Acidentes matam mais de 35 mil pessoas por ano no Brasil

O trânsito é a principal causa de mortes entre jovens de 15 a 44 anos e mata em todo o mundo anualmente 1,3 milhão de pessoas, de acordo com a ONU. Só no Brasil, pelos dados do Ministério da Saúde, mais de 35 mil pessoas morrem nas estradas e ruas por ano. A Pesquisa Nacional de Domicílios do IBGE em 2008 mostrou que, de cada 200 cidadãos, cinco haviam se envolvido em acidentes no ano anterior.

De acordo com o deputado Hugo Leal, a segurança do trânsito não deve ser vista apenas com foco na área de transportes, e sim como problema de saúde pública. Para ele, é necessário estabelecer uma política pública com metas anuais de redução dos acidentes.

Segundo o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Hélio Derenne, os acidentes de trânsito geram prejuízo anual de R\$ 30 bilhões para a economia nacional. Ele apontou a educação como fundamental na aplicação das leis atuais e pediu foco nas ações de educação de trânsito nos municípios, responsáveis por 85% da malha rodoviária. Além disso, há outro problema: apesar de a frota de veículos no Brasil ter mais do que duplicado nos últimos anos, o número de policiais rodoviários federais aumentou em apenas 1%, o que prejudica o trabalho de fiscalização e de punição aos infratores.

Deputados defendem aplicação de recursos de multas em programas de segurança

Oscar Telles

Os deputados **Beto Albuquerque (PSB-RS)** e **Milton Monti (PR-SP)** defenderam a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito para a realização de campanhas educativas e de obras que ajudem a reduzir o número de vítimas de acidentes nas ruas e estradas do País. A sugestão foi feita durante o 1º Seminário de Segurança no Trânsito Brasileiro, realizado na Câmara. Na avaliação de Milton Monti, o dinheiro proveniente da cobrança de multas não está sendo aplicado na área específica.

Beto Albuquerque propôs também uma fiscalização intensiva quanto ao cumprimento das exigências do Código de Trânsito. O deputado observou que 30% dos veículos trafegam irregularmente, sem o pagamento do IPVA, por exemplo, porque o motorista acredita que nunca será abordado. "Por isso, a fiscalização é importante", lembrou. Albuquerque reclamou da ausência de ministros para debater o tema no seminário e disse que o trânsito deve ser encarado como uma prioridade nacional, pois mata mais de 100 pessoas por dia.

Tecnologias - O diretor do Centro de Experimentação e Segurança Viária (Cesvi Brasil), José Aurélio Ramalho, alertou para a previsão de que 150 mil

pessoas morrerão no trânsito até o final do mandato do próximo presidente da República, se nada for feito para enfrentar o problema. O diretor defendeu a ampliação do uso de tecnologias para acompanhar de forma mais eficiente as infrações detectadas por equipamentos e para obter mecanismos de verificação da velocidade média do veículo. Ramalho também considerou importante um aperfeiçoamento da legislação sobre trânsito para agravar as atuais penalidades.

Itens de segurança - Já o presidente da Federação Internacional de Automobilismo - FIA Foundation, Carlos Macaya Ortiz, afirmou que o Brasil poderá dar grande contribuição para o sucesso da redução das mortes no trânsito. Para

isso, o País precisa, segundo ele, ter veículos mais seguros, com *airbags* e equipamentos de controle de estabilidade, além de ciclovias e mais educação dos motoristas.

Mônica Antony de Queiroz Melo, presidente da Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal, sugeriu que conste da legislação a obrigatoriedade de os livros didáticos abordarem o tema "educação no trânsito", embora isso já seja ensinado em muitas escolas. Para ela, é necessário pensar não só num carro com equipamentos de segurança, mas também que não agrida o meio ambiente.